



Relatório de Gerenciamento de Riscos

Basileia III Pilar 3

4º Trimestre 2018



Conteúdo

1.	Escopo.....	3
1.1.	Entidade.....	3
1.2.	Política de Divulgação de Informações.....	3
2.	Governança Corporativa de Gerenciamento de Riscos.....	3
2.1.	Governança Corporativa.....	3
2.2.	Ambiente de Controle.....	4
2.3.	Gerenciamento de Riscos Econômico e Capital Regulatório.....	6
3.	Adequação de Capital.....	6
3.1.	Patrimônio de Referência e Seus Derivados.....	6
4.	Risco de Crédito.....	7
4.1.	Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito.....	7
4.2.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.....	7
4.3.	Monitoramento do Risco de Crédito.....	8
4.4.	Classificação do Risco de Crédito.....	8
4.5.	Comunicação Interna do Risco de Crédito.....	9
4.6.	Detalhamento do Risco de Crédito.....	10
4.7.	Risco de Contraparte.....	10
4.7.1.	Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05.....	11
4.8.	Mitigadores do Risco de Crédito.....	11
5.	Risco de Mercado.....	11
5.1.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado.....	11
5.1.1.	Responsabilidade.....	11
5.1.2.	Processos e Ferramentas.....	12
5.1.3.	Carteira de Bancária.....	12
5.1.3.1.	Políticas e Metodologias.....	12
5.1.3.2.	Operações sem vencimento – Tratamento de antecipações.....	13
6.	Risco Operacional.....	13
6.1.	Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional.....	13
6.2.	Responsabilidade.....	13
6.3.	Processos e Ferramentas.....	14
6.3.1.	Identificação e Avaliação de Fatores de Risco Operacional.....	14
6.3.2.	Identificação e Avaliação de Eventos de Risco Operacional.....	14
6.3.3.	Correção de Fatores e Eventos de Risco Operacional.....	15
6.3.4.	Apuração do Requerimento de Capital para Risco Operacional.....	15
6.3.5.	Comunicação.....	15
7.	Risco de Liquidez.....	15
7.1.	Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez.....	16
7.2.	Responsabilidade.....	16
7.3.	Processos e Ferramentas.....	16
7.4.	Plano de Contingência de Liquidez.....	16
8.	Risco Reputacional.....	16
9.	Risco de Conformidade.....	17
9.1.	Compliance.....	17
9.2.	Risco de Prevenção à Crimes financeiros.....	18
10.	Risco Socioambiental.....	18
11.	Informações Quantitativas.....	20
11.1.	Relativas ao Patrimônio de Referência, RWA, índices e limites.....	20
11.2.	Relativas ao Risco de Mercado.....	24
12.	Razão de Alavancagem.....	27
13.	Balanços Patrimoniais.....	28
14.	Instituições Participantes.....	29
15.	Anexos.....	29
15.1.	Anexo I.....	29
15.2.	Anexo II.....	29



Introdução

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, doravante denominado nesse documento como DB Brasil, prepara suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, Operacional, Reputacional e Socioambiental.

Mensalmente, são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo DBSA, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do DB Brasil, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir os detalhes da estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da Circular BACEN nº 3.678/2013.

1. Escopo

1.1. Entidade

Conforme estabelecido no artigo 1º da Circular BACEN nº 3.678/2013, as informações sobre gerenciamento de riscos cobrem a entidade Deutsche Bank SA – Banco Alemão (DB Brasil).

1.2. Política de Divulgação de Informações

O DB Brasil mantém a descrição completa das estruturas de gerenciamento dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, publicadas em relatórios de acesso público no sítio eletrônico (*webpage*) da Instituição (www.db.com/brazil). Um resumo dessas estruturas é publicado nas demonstrações contábeis semestrais.

2. Governança Corporativa de Gerenciamento de Riscos

2.1. Governança Corporativa

O DB Brasil privilegia os princípios de Governança Corporativa, seguindo diretrizes do Grupo Deutsche Bank (Grupo DB) que consolidam os princípios internos de Governança Corporativa que minimamente correspondem ou superam os requerimentos legais do Brasil.

Desde 2003, o Grupo DB adota globalmente o artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, que exige o levantamento completo dos controles internos, assim como os sistemas de informação que produzem os dados financeiros e fluxos de documentação/processos de aprovação. Embora o DB Brasil não seja considerado globalmente uma entidade “SOX relevante”, periodicamente a documentação é revisada



e atualizada pela área de Finance (área de Finanças), complementando o já existente processo interno de controles de acordo com a Resolução CMN nº 2.554/1998, bem como, com a Instrução nº 505/2011 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.2. Ambiente de Controle

O processo de controles internos é considerado pelo DB Brasil como sendo dinâmico e constante. Parte importante deste processo é a formalização dos controles em políticas e procedimentos, um robusto processo de aprovação de novos produtos e de transações relevantes além da ampla divulgação dos controles e regras, por meio de comunicados e treinamentos, para uma execução efetiva e consistente das atividades.

Os controles estão divididos entre as três linhas de defesa do Banco da seguinte maneira:

- Primeira linha de defesa: Áreas comerciais e operacionais que executam as atividades e são responsáveis por observarem e atuarem em conformidade com os parâmetros estabelecidos, reportando sempre que identificarem qualquer não conformidade;
- Segunda linha de defesa: Funções de risco e compliance que, além de estabelecerem os parâmetros a serem observados, também executam parte dos controles e atuam junto as demais linhas para identificar a corrigir desvios e não conformidades;
- Terceira linha de defesa: A Auditoria Interna, que avalia, de maneira objetiva e independente, a adequação do desenho e a efetividade dos sistemas de controles internos para mitigar exposições a riscos significativos (incluindo riscos de fraude), visando a melhoria da eficácia e eficiência da gestão de risco, dos procedimentos de governança e sistemas de forma holística.

A qualidade do ambiente de controles internos é determinada em função da maneira como os funcionários aderem às políticas e procedimentos existentes e do quão claramente são identificadas e endereçadas as deficiências em relação aos mesmos.

A área de Compliance, como integrante da função de controles internos, efetua e auxilia a revisão de políticas e procedimentos institucionais de atendimento regulatório, participa ativamente do processo de distribuição e adequação aos requerimentos regulatórios, atua na melhoria de processos, tem participação nos principais comitês da Instituição, além de coordenar as auditorias externas e regulatórias e de acompanhar as deficiências identificadas e suas soluções.

A área de Compliance busca a constante melhoria da qualidade do ambiente de controles internos e proporciona nos relatórios elaborados, uma visão horizontal da organização sobre os principais temas relacionados. Caso durante a execução dos controles internos sejam identificadas ou reportadas deficiências críticas, recorrentes ou com possibilidade de geração de benefícios para o Banco, as mesmas são priorizadas e tornam-se ações de melhorias de processos.

A abordagem descrita acima é complementada pela existência de uma sólida estrutura de Compliance, Gerenciamento de Riscos, Governança, Relatórios Financeiros, Auditoria Interna e Auditoria Externa, as quais são sumarizadas abaixo:

➤ Atividades de Controle de Risco Regulatório (Pauta Regulatória)

A área de Compliance analisa periodicamente as normas e regulamentos divulgados, identifica quais dessas regras terão um possível impacto no DB Brasil e também divulga semanalmente as legislações e regulamentações entendidas como aplicáveis ou para conhecimento a todos os colaboradores do Banco.

As principais normas relacionadas às atividades do DB Brasil são avaliadas quanto à sua aplicabilidade e essa avaliação e distribuição das principais normas são registradas em controles específicos.



Todas as áreas do Banco devem assegurar que possíveis legislações adicionais a esse controle efetuado pela área de Compliance sejam tempestivamente verificadas e, se aplicáveis, sejam informadas à mesma.

Uma vez identificadas as regras, a área de Compliance determina o provável especialista do assunto nas áreas de Negócios e/ou de Infraestrutura para dar continuidade à atividade e encaminhar a legislação ou regulamentação para conhecimento e providências.

Identificado o especialista e responsável pelo assunto, é confirmada a aplicabilidade da norma e o mesmo deverá analisar a regulamentação e definir quais ações necessitam ser tomadas para a adequação dos processos de forma que os mesmos fiquem em conformidade com a norma.

A área de Compliance realiza o acompanhamento dos planos de ação para assegurar o atendimento dos requerimentos regulatórios e, quando necessário, pode reportar atrasos e não conformidades relevantes no Comitê Operacional.

➤ Modelo de Gestão

O modelo atual de inter-relacionamento entre as áreas de Compliance, Auditoria Interna e demais áreas de Gerenciamento de Riscos está baseado, substancialmente, nos contatos periódicos por meio dos Comitês de Governança do DB Brasil e também através da abordagem integrada de atividades que abrange essas áreas. A Instituição também utiliza outras ferramentas e atividades para garantir a identificação e incorporação de mitigantes para os riscos novos e/ou existentes, tais como:

- Relatórios Trimestrais, Semestrais e Anuais de Controles Internos;
- Auto-avaliações periódicas;
- *Workshops* periódicos de risco;
- Processo de acompanhamento dos novos requerimentos regulatórios e envio semanal da pauta regulatória;
- Acompanhamento e discussão dos temas de riscos e controles por meio de participação nos diversos comitês externos que o DB Brasil é associado;
- Resultados dos trabalhos de Auditoria Interna detalhados nos relatórios das auditorias;
- Processo de Monitoramento Contínuo (CM) efetuado pela Auditoria Interna;
- Apresentações periódicas da Auditoria Interna ao Comitê de Auditoria.

Os resultados destes exercícios retroalimentam o processo de análise, melhorias e documentação de processos existentes, que passam a existir tomando em consideração os novos riscos identificados.

2.3. Gerenciamento de Riscos

O DB Brasil mantém um processo robusto e estruturado de gerenciamento de riscos e qualifica seu risco como moderado, conforme relatório anual elaborado em atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998.

A identificação e avaliação de riscos de mercado, crédito, liquidez, operacional, seguem metodologias do Grupo DB e suas políticas e procedimentos estão em linha com melhores práticas de mercado.

O DB Brasil possui diversos processos e procedimentos que compõem a gestão de riscos e a seguir estão descritos os principais riscos.



2.4. Capital Econômico e Capital Regulatório

➤ Acompanhamento da Adequação dos Valores de Capital

O acompanhamento dos valores de capital é realizado mensalmente. Estes valores de capital regulatório e econômico, abrangem também o valor do capital contábil, atendendo aos limites da legislação local e os limites da matriz, como exemplo, o limite de exposição ao país.

➤ Capital Regulatório

Os valores de capital regulatório são apurados tanto para fins locais, como para a matriz, seguindo as respectivas legislações. Para fins locais, apura-se o capital regulatório com base na Resolução CMN nº 4.193/2013 (e regulamentação complementar), enquanto que para a matriz, são aplicados os conceitos de Basileia adotados globalmente.

➤ Capital Econômico - Riscos Não Cobertos no Capital Regulatório

O cálculo de capital econômico existe somente no nível global. O capital econômico reflete o risco da Instituição utilizando modelos próprios, o qual abrange riscos de crédito, de mercado e operacional (incluindo nesse último o risco reputacional). Globalmente, o Grupo DB se utiliza também de conceitos como resultado sobre capital econômico, lucro econômico e construção/destruição de valor (retorno acima ou abaixo de certa taxa mínima). A alocação de recursos se dá considerando resultado econômico (na distribuição de capital e *funding*, por exemplo, são beneficiadas as áreas mais rentáveis do ponto de vista de capital econômico). Resumidamente, apura-se o capital econômico com base nos modelos internos aceitos globalmente para fins de reporte para a matriz, o qual é alocado de acordo com a representatividade da filial, independente dos produtos que são operados em cada país.

Para fins locais, entende-se que os requisitos mínimos de capital regulatório estabelecidos pelo BACEN são suficientes para cobrir os riscos relacionados ao modelo de operação do DB Brasil, devido aos seguintes fatores:

- I. A regulamentação atual cobre todos os riscos relacionados ao capital regulatório (mercado, crédito e operacional);
- II. Não são identificados outros riscos mensuráveis, além dos acima mencionados;
- III. Dada a necessidade imposta pela legislação local de mensurar todas as operações igualmente, entende-se que o capital regulatório alocado para algumas operações com empresas do Grupo DB, supera o valor do capital econômico.

Por essas razões, o patrimônio de referência atual é suficiente para cobrir os riscos inerentes à estrutura de operações da Instituição.

3. Adequação de Capital

3.1. Patrimônio de Referência e Seus Derivados

Os valores de Patrimônio de Referência e seus derivados encontram-se atualizados no sítio eletrônico (*webpage*) da Instituição. O DB Brasil possui capital suficiente para suportar cenários de estresse adversos conforme resultado do teste de estresse produzido periodicamente e também para o crescimento de suas áreas de Negócios, conforme plano de capital da Instituição.



4. Risco de Crédito

O Risco de Crédito abrange todas as transações que originam cobranças atuais, contingentes ou potenciais contra qualquer contraparte, devedor ou tomador de empréstimo de qualquer unidade do Grupo Deutsche Bank AG, quando seja necessário arcar com o risco de perda caso o tomador não cumpra com suas obrigações na operação.

4.1. Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O DB Brasil gerencia o risco de crédito de forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito deve estar de acordo com as políticas e estratégias do DB Brasil;
- Qualquer alteração material do limite de crédito deve ser aprovada segundo a alçada necessária (incluindo prazo, tipo de garantia, *covenants*);
- O DB Brasil determina alçadas de crédito para indivíduos segundo suas qualificações, experiência e treinamento;
- O DB Brasil mensura e consolida todas as exposições de cada grupo econômico de forma global.

4.2. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na *webpage* local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na *webpage* do DB Brasil.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do DB Brasil, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do DB Brasil é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do DB Brasil;
- Aprovação de transações para clientes brasileiros, com exceção para as subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC), cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Estratégia proposta (incluindo subsidiárias) e o apetite ao risco para aprovação pela alçada competente ao limite de crédito proposto;
- Proposição de nomes para serem incluídos na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos mais fracos;
- Preparo de relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O DB Brasil mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de



estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Da mesma forma, o DB Brasil possui um Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de Riscos, incluindo a área de CRM, podendo a mesmo desempenhar outras funções na Instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros e realização de operações sujeitas ao risco de crédito.

4.3. Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito serão igualmente monitoradas e revisadas de forma regular. Isso considerará todos os fatores relevantes, inclusive, sem se restringir a estágios dentro do ciclo de crédito, o ambiente econômico geral e necessidades de negócios.

Nesse contexto, o DB Brasil mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CRC.

Aos clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do DB Brasil, a área de CRM do DB Brasil faz a revisão semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (*Watch List*) e acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito são monitoradas continuamente. São preparados relatórios de excedentes para todos os analistas de crédito. Todos os excedentes dos limites de crédito precisam ser investigados e deverá ser definido um plano de ação específico (por exemplo, cancelar ou aumentar o limite). Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do DB Brasil.

4.4. Classificação do Risco de Crédito

A ferramenta utilizada na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o *rating* desenvolvido pelo Grupo DB, sendo que o Comitê de Risco do Grupo DB é o componente organizacional responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados.

O sistema de *rating* do Grupo DB, adotado pelo DB Brasil, tem vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo o primeiro o melhor *rating* e o último, o pior.

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do DB Brasil são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna.

Segue abaixo a correlação entre as classificações do DB Brasil e as correspondentes classificações do BACEN:



Deutsche Bank	BACEN
De iAAA a iBBB-	AA
iBB+	A
De iBB a iBB-	B
De iB+ a iB-	C
De iCCC+ a iCCC	D
iCCC-	E
iCC+	E / F / G
iD	H

Grupo de Classificação de Ratings (GCRT): O processo de avaliação inicial e coleta de informações necessárias relativas à avaliação da classificação de rating das contrapartes serão feitos pelo GCRT ou pela KCP designada para os nomes onde a cobertura é feita localmente;

4.5. Comunicação Interna do Risco de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do DB Brasil, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o DB Brasil e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e gravidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do DB Brasil;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os limites de crédito, conforme aprovado durante o processo de aprovação de crédito;
- Dados precisos de exposição de acordo com as metodologias de crédito aprovadas;
- Parâmetros da indústria, país e outros para facilitar a gestão do portfólio e revisões da indústria.

A área de CRM deve emitir regularmente relatórios gerenciais com o objetivo de informar à Diretoria Executiva a respeito do desempenho do gerenciamento do risco do portfólio de crédito, em linha com as políticas e estratégias estabelecidas.

Ao CRC, um membro da área de CRM apresenta um relatório gerencial contendo quadro com as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;



- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- A avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Informações relativas às exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação; e
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação.

A CRO (Chief Risk Officer) apresenta mensalmente aos membros do BoD um consolidado dos principais pontos do portfólio de riscos de crédito previamente reportados no CRC.

4.6. Detalhamento do Risco de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o máximo de risco de crédito que o DB Brasil está disposto a assumir durante determinados períodos. Eles relacionam produtos, condições de exposição entre outros fatores. Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar ou estender os limites de crédito existentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com a sua qualificação profissional e experiência.

As aprovações de crédito são dadas por dois profissionais, sendo que ao menos um deles deve possuir a alçada necessária.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento.

Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos *ratings* internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de *ratings* do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (*expected loss*) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Esse critério de provisionamento visa proteger o DB Brasil contra os impactos das perdas decorrentes de operações de crédito.

4.7. Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o DB Brasil está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.



O DB Brasil mantém total controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes desta Instituição.

4.7.1. Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05

O DB Brasil possui acordos de compensação e liquidação de obrigações firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que na hipótese de inadimplência de uma contraparte, as obrigações de pagamento com o DB Brasil, decorrente de operações de crédito e derivativos, sejam compensadas com as obrigações de pagamento do DB Brasil junto a essa contraparte.

4.8. Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são pró-ativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- *Netting* ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, *hedge* simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, que dependem do seu risco tipo, associado e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não compensam os padrões de subscrição de alta qualidade.

O DB Brasil utiliza amplas ferramentas quantitativas e métricas para monitorar as atividades de mitigação de risco de crédito. São estabelecidos limites para os produtos incluindo garantias e derivativos.

5. Risco de Mercado

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

5.1. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do DB Brasil está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Mercado. A estrutura de gerenciamento compreende papéis e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura.

5.1.1. Responsabilidade

O Comitê de Risco e Capital é o principal fórum para discussão de assuntos relacionados a risco de mercado e tem responsabilidade de:



- Monitorar medidas de risco de mercado como VaR (*Value at Risk ou Valor em Risco*), ERS (*Stress Testing ou Teste Estresse*) e sensibilidades para o DB Brasil;
- Monitorar medidas do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil como o risco ao Valor Econômico (Delta EVE) e Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII);
- Monitorar requerimentos de capital para risco de mercado e outros limites regulatórios;
- Aprovar limites operacionais;
- Monitorar excessos de limites;
- Realizar o monitoramento contínuo da efetividade dos controles, processos e ferramentas utilizados pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado.
- Escalar ao Comitê da Diretoria Executiva os principais assuntos relacionados a riscos de mercado.

5.1.2. Processos e Ferramentas

As principais ferramentas utilizadas pelo DB Brasil para quantificar e gerir o risco de mercado são:

- Sensibilidades: São divididas em categorias tais como Taxas de Juros e Câmbio. Alguns exemplos de medidas utilizadas são: FX Delta e PV01's;
- VaR (*Value at Risk ou Valor em Risco*): Medida estatística que sumariza a exposição de uma carteira ao risco de mercado em condições normais de mercado;
- ERS (*Event Risk Scenario ou Testes de Estresse*): Medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de MRM (Market Risk Management ou Gerenciamento de Risco de Mercado).
- Risco ao Valor Econômico (Delta EVE): Medir o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária em diferentes cenários de taxas de juros considerando riscos de opcionalidades;
- Risco de Resultado de Intermediação Financeira (Delta NII): Medir o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- *Backtesting*: Processo diário de comparação entre os resultados financeiros oriundos de movimentações de mercado e a estimativa prévia do VaR.

5.1.3. Carteira de Bancária

5.1.4. Políticas e Metodologias

Em linha com os requerimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.354/2007 o DB Brasil publicou a Política de Classificação e Monitoramento das Carteiras de Negociação (*Trading Book*) e Carteira Bancária (*Banking Book*). Essa política se encontra disponível na intranet do DB Brasil e define todos os procedimentos necessários para classificação e manutenção das operações classificadas nessa categoria.

Para a carteira bancária (*Banking*), o DB Brasil adota a mesma metodologia utilizada para mensuração do risco de taxas de juros utilizada para a carteira de negociação (*Trading*) divulgada pelo BACEN para exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2), exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços (RWAJUR3) e à variação da taxa dos cupons de taxa de juros (RWAJUR4).

Esta opção se deve ao fato da carteira bancária apresentar descasamentos de prazos relativamente pequenos e seus valores serem significativamente inferiores em relação às posições da carteira de negociação.



Quanto ao cálculo das exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em Reais (RWAJUR1), a metodologia adotada sofre alterações visando cobrir o prazo médio das principais operações da carteira bancária. O prazo utilizado é de sessenta (60) dias úteis, tanto para os cálculos do VaR Padrão quanto para a parcela do VaR Estressado.

5.1.5. Operações sem vencimento – Tratamento de antecipações

O DB Brasil não possui operações sem vencimento na carteira ativa. No lado passivo, encontram-se os depósitos de conta corrente e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com liquidez diária, os quais não afetam os cálculos de requerimento de capital, visto que são realizados em moeda local (Reais). Eventual impacto de liquidação antecipada dessas carteiras poderia causar impacto no risco de liquidez.

O controle de risco de liquidez do DB Brasil contempla possíveis impactos causados pelo saque de depósitos com liquidez diária através do relatório de Teste de Estresse de Liquidez, no qual utiliza-se alguns pressupostos de saque para o depósito à vista, resgate antecipado e renovação para os CDBs, desta forma avaliando estes impactos na liquidez corrente do DB Brasil.

6. Risco Operacional

Define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A definição de que trata o caput inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

6.1. Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional está definida na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. A mesma estabelece que a área de NFRM (Non Financial Risk Management ou Gerenciamento de Risco Não Financeiro) é responsável pelo gerenciamento do risco operacional do DB Brasil. A sua estrutura se baseia nos princípios de gerenciamento de risco operacional vigentes no Grupo DB com os quais a equipe de Américas da área de NFRM garante a consistência da estrutura local.

A área possui reporte funcional independente para o Head (responsável) de NFRM para as Américas baseado em Nova York, e, no DB Brasil, ao Diretor Estatutário responsável pelo gerenciamento de riscos.

A área exerce uma função específica distinta da Auditoria Interna e atua de forma independente das áreas de Negócios. Não obstante, outras áreas como Auditoria Interna, Legal (Área Jurídica), Compliance e AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros), também contribuem no gerenciamento do risco operacional através de suas atividades.

6.2. Responsabilidade

O Diretor Estatutário eleito é responsável por:

- Revisar e submeter à aprovação do Comitê da Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Risco Operacional assim como qualquer outro procedimento necessário para atender requerimentos regulatórios específicos;



- Participar do Comitê de Risco e Capital de forma a monitorar a identificação, avaliação e mitigação dos riscos levando em consideração o contexto do ambiente de controle existente e documentar decisões relacionadas à ação mitigadora requerida ou aceitação do risco;
- Promover o fluxo de informação interno e externo (comunicação e reporte) para assegurar o apropriado compartilhamento do conhecimento do risco operacional.

A área de NFRM é responsável por assegurar a efetividade dos processos de identificação, avaliação, e mitigação tanto dos eventos quanto dos fatores de risco operacional.

Ao responsável pela área de NFRM compete:

- Organizar a atividade de gerenciamento do risco operacional no DB Brasil;
- Disseminar uma cultura voltada para a mitigação do risco operacional assim como o uso das metodologias e aplicativos implementados globalmente para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação do risco operacional;
- Monitorar perdas decorrentes de risco operacional;
- Consolidar e avaliar fatores, incidentes e planos de ação relacionados ao risco operacional do DB Brasil;
- Elaborar relatórios periódicos.

6.3. Processos e Ferramentas

Processos e ferramentas que auxiliam a identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos fatores e eventos de riscos operacionais.

6.3.1. Identificação e Avaliação de Fatores de Risco Operacional

As autoavaliações são baseadas em processos e/ou ferramentas do Grupo DB, que consistem em questionários de riscos e controles, obedecendo padrões mínimos de gerenciamento de riscos. Uma das ferramentas utilizadas para avaliações dos processos e riscos (*Risk and Control Assessment*) se chama Taxonomia e se baseia em matrizes de mapeamento de (i) área e produto e (ii) de análise por tipo de risco.

Quando aplicável, as autoavaliações podem ser baseadas em outros processos e/ou ferramentas do Grupo DB que consistem em questionários de riscos e controles conhecidos como RCA (Risk & Control Assessment – avaliação de Controle de Risco), STARC (Standards and Responsibilities for Control ou Padrões e Responsabilidades de Controle), CCF (Compliance Control Framework ou Estrutura de Controles de Compliance), MaRisk (Minimum Requirements for Risk Management ou Padrões Mínimos de Gerenciamento de Riscos).

Além disso, a cada três (3) anos, no mínimo, o DB Brasil realiza *workshops* de risco juntamente com a área de NFRM Américas, a fim de identificar quaisquer riscos operacionais em razão de deficiências em processos, sistemas, infraestrutura, pessoal, documentação, projetos ou questões relacionadas a clientes. Falhas significativas identificadas devem ser registradas no sistema global dbTrack, que é uma ferramenta de rastreamento de questões de Risco Operacional do Grupo DB.

O Comitê de Risco e Capital é o fórum de discussão e relato de resultados das autoavaliações, bem como de outros indicadores de risco operacional monitorados frequentemente.

6.3.2. Identificação e Avaliação de Eventos de Risco Operacional

A identificação de eventos de risco operacional faz parte do gerenciamento proativo contínuo, que consiste em informações fornecidas pelo originador de um evento de risco ou através de informações



advindas das linhas de defesa, principalmente da primeira linha, como a principal proprietária do risco e responsável pelo gerenciamento de todos os aspectos de risco de ponta a ponta, nas atividades das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

O DB Brasil possui um processo consistente e abrangente para:

- Coletar tempestivamente informações relevantes para a base de dados de risco operacional;
- Classificar e agregar as perdas operacionais relevantes identificadas; e
- Efetuar análise da causa raiz de cada perda operacional relevante;

A identificação e avaliação de um evento de risco operacional ocorre quando acontece uma falha operacional e o impacto monetário leva a um resultado negativo (prejuízo), positivo (ganho/recuperação) ou neutro (quase perda), mas com possibilidade de prejuízo. As exigências mínimas são as seguintes:

- Dar entrada em todos os eventos de EUR 10.000 (dez mil euros) ou mais no sistema de forma regular (no mínimo mensalmente);
- Escalonar todos os eventos de EUR 500.000 (quinhentos mil euros) ou mais para o Grupo de NFRM assim que conhecidos;
- Implantar um exercício de lições aprendidas para cada evento de risco operacional no valor de EUR 500.000 (quinhentos mil de euros) ou mais, assim que o evento for fechado para ser enviado à Diretoria Executiva do DB Brasil.

6.3.3. Correção de Fatores e Eventos de Risco Operacional

Os planos de ação visando corrigir falhas significativas identificadas através dos *workshops*, auto-avaliações e dos indicadores-chave de risco monitorados no Comitê de Risco e Capital, são formalizados e monitorados através do sistema dbTrack.

6.3.4. Apuração do Requerimento de Capital para Risco Operacional

Com relação ao cálculo de requerimento de capital para risco operacional, o DB Brasil adota o modelo de Abordagem do Indicador Básico para cálculo da parcela do PRE (Patrimônio de Referência Exigido) referente ao risco operacional.

6.3.5. Comunicação

Mensalmente, indicadores chave de risco operacional são atualizados e reportados no Comitê de Risco e Capital, onde são monitorados e discutidos para conferência e ajuste do perfil de risco do DB Brasil. Relatórios de risco operacional consolidando históricos de perdas também são apresentados mensalmente no Comitê de Risco e Capital.

A política e procedimento de risco operacional estão disponíveis na intranet local do Banco, acessível a todos os colaboradores.

7. Risco de Liquidez

Define-se como Risco de Liquidez a possibilidade da Instituição não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos, aumento de obrigações/garantias e a possibilidade da Instituição não conseguir negociar seus ativos a preço de mercado.



7.1. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez está definida na Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez. A estrutura compreende papéis e responsabilidades, processos e o plano de contingência de liquidez. Esta política é aprovada com periodicidade mínima anual pelo Comitê da Diretoria Executiva e pelo Comitê de Risco e Capital.

7.2. Responsabilidade

A área de Treasury, que é uma unidade segregada das áreas de Negócios e da área de Auditoria Interna, é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento de risco de liquidez e sua aplicação, além de possuir a autoridade para executar todas as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em um nível adequado. O responsável pelo Gerenciamento de Risco de Liquidez (LRM – Liquidity Risk Management) faz a supervisão das atividades da área de Treasury e atua como segunda linha de defesa no gerenciamento de risco de liquidez.

Mensalmente, indicadores-chave de risco de liquidez são reportados ao Comitê de Risco e no Comitê da Diretoria Executiva, onde são monitorados e discutidos para conferência e ajuste do perfil de risco do DB Brasil.

7.3. Processos e Ferramentas

As principais ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações;
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos.

7.4. Plano de Contingência de Liquidez

Buscando gerenciar de forma prospectiva o risco de liquidez da Instituição, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

8. Risco Reputacional

O DB Brasil define, globalmente, o risco reputacional como sendo *“O risco de possível dano à marca e reputação do Deutsche Bank, e riscos associados ao resultado, capital ou liquidez, devido a qualquer associação, ação ou não-ação percebidos pelos acionistas como sendo inapropriado, não ético ou inconsistente com os valores e crenças do Grupo Deutsche Bank”*.

No DB Brasil, o risco reputacional é responsabilidade das áreas de Negócios como primeira linha de defesa e é auxiliado principalmente pelas áreas de Gerenciamento de Riscos, no que tange a aspectos relacionados a riscos reputacionais de Sustentabilidade e de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros), no que tange a aspectos relacionados a tal risco. O Fórum de Sustentabilidade



e Prevenção a Crimes Financeiros, é o fórum que analisa o risco resultante das transações, contrapartes ou práticas de negócios para os casos que possam representar risco reputacional para o DB Brasil.

Este fórum, é coordenado pelo CRO (Chief Risk Officer) e tem como membros o Chief Country Officer (CCO ou Diretor Presidente) e os Head das áreas Jurídica e de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros).

Riscos relacionados ao processo de Prevenção a Crimes Financeiros, estão detalhados no item “Risco de Prevenção à Crimes Financeiros”.

O risco reputacional do DB Brasil é baixo, considerando os mecanismos de controle e mitigação existentes e, em função de seu modelo de negócios de banco múltiplo com carteira de investimentos, sua atuação focada em operações de atacado com grandes empresas nacionais e multinacionais e clientes institucionais com participação relevante no sistema financeiro nacional. A atuação do DB Brasil com pessoas físicas e pessoas jurídicas de médio e pequeno porte é limitada a casos específicos. Destacam-se os seguintes mecanismos de controle e mitigação do risco reputacional implementados:

- (i) O Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros é atuante e com ampla interação com as áreas de Negócios. Assuntos tais como relacionamentos com clientes de maior risco, transações de maior risco, eventos atípicos entre outros devem ser escalados e discutidos neste foro;
- (ii) Todos os funcionários do DB Brasil são treinados e estão aptos a detectar características que uma transação, contraparte ou cliente possam apresentar que potencialmente representem risco à Instituição e há procedimento implementado para que os funcionários levem tal fato ao conhecimento da área responsável pela gestão do risco aplicável, para as providências cabíveis.

9. Risco de Conformidade

9.1. Compliance

O Risco de Compliance, ou risco de conformidade é o risco das atividades do Banco serem executadas sem a devida aderência e observância da legislação, regulamentação, princípios, regras, parâmetros, padrões e normas sejam estes emitidos por governos, entidades reguladoras, associações de classe, documentos internos ou outros entes relevantes.

Por permear todas as instâncias da instituição, os temas de compliance estão presentes nos principais comitês do DB Brasil, sendo um dever de todos os colaboradores atuar em conformidade e reportar prontamente caso identifiquem qualquer indício de não conformidade, fraude ou violação dos normativos internos, externos, regulamentação e legislação aplicável.

Os principais indicadores da área de Compliance são tratados no Comitê Operacional e podem eventualmente ser escalonados ao Comitê da Diretoria Executiva de acordo com a instância necessária para aprovação ou criticidade. Dentre os itens tratados pela área de Compliance, se destacam:

- Atualização das mudanças regulatórias e legislativas incluindo alterações em políticas e procedimentos e relacionamento com os reguladores;
- Revisão do *status* e o progresso dos planos de remediação, quanto aos apontamentos de inspeções;
- Revisão do *status* do calendário de revisão periódica com atualização sobre o progresso e antecipação de qualquer problema/atraso previsto;
- Atualização sobre implementação de políticas e procedimentos regulatórios;
- Confirmação anual da atualização periódica das políticas e procedimentos regulatórios;



- Atualização sobre as inspeções/visitas periódicas e/ou previstas, resultado e apontamentos das mesmas;
- Métricas relativas aos riscos específicos de compliance relacionadas ao treinamento e certificação de colaboradores, para o exercício de funções específicas;
- Novas iniciativas, regulamentações e requerimentos locais e ou do Grupo DB;
- *Status* e evolução da conformidade ou falta da mesma das áreas e atividades do Banco;
- Não conformidades relevantes identificadas e/ou reportadas no período.

9.2 Risco de Prevenção à Crimes financeiros

A área de AFC (Anti-Financial Crime ou Prevenção a Crimes Financeiros) é responsável por definir, manter e aplicar um quadro de gestão de riscos eficaz, que é aplicado para todos os tipos de risco relacionados ao "Crime Financeiro". Este compreende estabelecer padrões mínimos e monitorar a adesão a esses padrões, bem como definir e implementar controles complementares. Este último inclui aconselhamento sobre as consequências em caso de não conformidade com as regras e regulamentos definidos, comunicação aos fóruns de governança aplicáveis e por meio do direito de veto.

O combate aos crimes financeiros no DB Brasil está organizado nos seguintes pilares:

- Processos Antissuborno e Corrupção (Anti-Bribery and Corruption ou ABC);
- Processos Antifraude e Investigações (Anti-Fraud & Investigations - AF&I);
- Processos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Anti-Money Laundering - AML);
- Processos relativos a Sanções e Embargos (Sanctions & Embargoes - S&E).

Os membros da Alta Administração do DB Brasil, bem como os responsáveis de cada área de Negócios são responsáveis pelo cumprimento das normas de prevenção e combate aos crimes financeiros expostas nas normas do DB Brasil e na legislação e regulamentação pertinentes.

Além disso, cada funcionário é responsável por observar as regras e cumprir os procedimentos legais, bem como reportar uma eventual irregularidade ou indício de ocorrência de crime financeiro ao responsável de sua área e para a área de AFC, na forma prevista nos manuais internos.

As falhas sistêmicas de processos ou qualquer falha pontual considerada como grave pela área de AFC serão comunicadas à Alta Administração por meio do Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros.

Além disso, indicadores e relatórios relativos aos processos de Prevenção a Crimes Financeiros também são reportados ao Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros, tais como:

- Revisão dos indicadores disponíveis com objetivo de identificar e monitorar os principais riscos de cadastro de clientes (KYC - Know Your Customer ou Conheça Seu Cliente);
- Mitigação e resolução de riscos e problemas de Conheça Seu Cliente;
- Avaliação de todas as conclusões de avaliações internas ou externas em matérias relacionadas aos processos de Prevenção à Crimes Financeiros;
- Resultado dos testes periódicos efetuados pela área de AFC que tem objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos regulatórios e de políticas internas relativos a tal tema.

10. Risco Socioambiental

O Grupo DB instituiu um programa de risco reputacional referido como Global Reputational Risk Guidelines (Diretrizes de Risco Reputacional do Grupo DB) que engloba os riscos socioambientais como parte integrante dos riscos reputacionais, definindo ações e medidas a serem seguidas.



Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas no Sustainability Principles (Princípios de Sustentabilidade do Grupo DB), o DB Brasil estabelece padrões consistentes para a identificação, avaliação, gerenciamento de apontamentos de risco reputacional e socioambiental que possam surgir em transações com clientes do Grupo DB.

A identificação, classificação/materialidade e comunicação do risco socioambiental seguem processos que tem início com as áreas de Negócios, no processo de adoção de novos clientes e nas revisões cadastrais. A área de NFRM (Non financial Risk Management ou Gerenciamento de riscos não financeiros), faz uma pesquisa de mídia negativa sobre risco socioambiental para clientes e fornecedores em revisão cadastral e caso tenha eventos relevantes, a área de Negócios submete o cliente para aprovação do Group Sustainability (Equipe Global de Risco Socioambiental) e posteriormente informa o Fórum de Sustentabilidade e Prevenção a Crimes Financeiros.

A área de Gerenciamento de Riscos se encarrega da gestão propriamente dita que envolve a proposição, manutenção e implantação de diretrizes para o gerenciamento do risco socioambiental, bem como o respaldo ao Diretor Estatutário indicado e demais instâncias com informações sobre a gestão desse risco.



11. Informações Quantitativas

11.1. Relativas ao Patrimônio de Referência, RWA, índices e limites

Para fins de verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras o Bacen introduziu o conceito de Patrimônio de Referência (PR) na Resolução CMN nº 2.802, de 21 de dezembro de 2000, em substituição ao conceito de Patrimônio Líquido (PL) e Patrimônio Líquido Ajustado (PLA).

Em 01 de março de 2013, o Bacen publicou a Resolução CMN nº 4.192, que estabelece os critérios para esta apuração, constituído pelo Nível I e Nível II. Na mesma data o Bacen publicou a Resolução CMN nº 4.193, que divulga o método para apuração do requerimento mínimo de capital.

De acordo com os artigos do 4º ao 9º, da Circular nº 3.678, segue a apresentação das informações relativas ao PR, RWA, índices e limites:

Detalhamento de Informações Relativas ao PR, Montante RWA, Índices e Limites

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
PR	1,485,171	1,488,390	1,460,111	1,467,581	1,494,276
Nível I	1,485,171	1,488,390	1,460,111	1,467,581	1,494,276
Capital Principal	1,485,171	1,488,390	1,460,111	1,467,581	1,494,276
Capital Complementar	-	-	-	-	-
Nível II	-	-	-	-	-
RWA	6,520,267	5,538,159	5,384,412	5,467,284	6,064,252
Risco de Crédito - RWA _{CPAD}	3,568,772	3,748,575	3,652,639	3,446,896	4,044,006
Risco Operacional - RWA _{OPAD}	753,211	753,211	862,754	862,754	913,272
Risco de Mercado - RWA _{MPAD}	2,198,285	1,036,373	869,019	1,157,633	1,106,974

Índices e Limites

Índice de Basileia (IB)	22.78%	26.88%	27.12%	26.84%	24.64%
Índice de Nível I (IN1)	22.78%	26.88%	27.12%	26.84%	24.64%
Índice de Capital Principal (ICP)	22.78%	26.88%	27.12%	26.84%	24.64%

Principais Valores

Patrimônio de Referência (PR)	1,485,171	1,488,390	1,460,111	1,467,581	1,494,276
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	643,876	546,893	531,711	539,894	598,845
Risco de Taxa de Juros da Carteira de Não Negociação (Rban)	15,801	15,498	12,231	12,707	10,115
Margem	841,294	941,497	928,400	927,687	895,431
Razão de Alavancagem	15.93%	15.67%	14.93%	15.25%	15.64%

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
FPR	3,564,331	3,745,851	3,651,087	3,446,896	4,371,812
2.00%	18,876	12,635	11,969	11,450	15,638
20.00%	61,676	51,345	46,762	51,175	41,007
50.00%	430,284	395,549	349,551	293,588	535,948
100.00%	2,870,912	3,087,561	3,032,576	2,883,721	2,828,190
250.00%	166,870	173,984	178,737	161,066	161,139
300.00%	-	-	-	-	402,787
1081.00%	-	-	-	-	327,806
CVA	15,712	24,777	31,492	45,896	59,297


Risco de Mercado - RWA_{MPAD} - Componentes
R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Componentes	2,198,285	1,036,373	869,019	1,157,633	1,106,974
RWA _{CAM}	998,004	56,841	22,169	17,460	32,110
RWA _{JUR}	1,200,281	979,532	846,850	1,140,173	1,074,864
RWA _{JUR1}	206,879	186,819	172,875	237,579	250,445
RWA _{JUR2}	993,402	792,713	673,975	902,594	824,419

Detalhamento de Informações Relativas ao Risco de Crédito
R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Exposições ao Risco de Crédito					
Total de Exposições	3,568,772	3,748,575	3,652,639	3,446,896	4,044,006
Média do Trimestre	3,553,503	3,636,546	3,733,252	3,794,910	3,925,076

Detalhamento de Informações Relativas ao Risco de Crédito
R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Exposições ao Risco de Crédito					
Dez Maiores Exposições	40.50%	46.57%	52.60%	53.87%	56.07%
Cem Maiores Exposições	87.20%	90.12%	93.05%	91.98%	91.01%

Por Países e Regiões Geográficas Brasileiras
R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	3,568,772	3,748,575	3,652,639	3,446,896	4,044,006
Mercado Interno	3,073,604	3,315,289	3,239,372	3,006,087	3,582,194
Norte	-	154	11	4	1,180
Nordeste	40,271	22,037	45,444	57,238	73,356
Centro-Oeste	-	79,387	-	96,956	63,969
Sudeste	2,841,012	2,944,000	2,885,947	2,515,883	3,106,739
Sul	192,321	269,711	307,970	336,006	336,950
Mercado Externo	495,168	433,286	413,267	440,809	461,812



Por Setor Econômico

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	3,568,772	3,748,575	3,652,639	3,446,896	4,044,006
Rural	-	-	-	-	179
Serviços	411,224	439,477	464,648	377,635	361,756
Instituição Financeira	529,308	515,650	528,515	545,719	583,739
Indústria	1,277,632	1,253,276	1,614,823	1,759,121	1,876,028
Comércio	242,736	504,404	263,926	354,538	333,029
Mineração	66,872	70,597	52,149	67,988	46,547
Pessoa Física	-	-	50	145	141
Outros	1,041,000	965,171	728,528	341,750	842,584

Por prazo a decorrer das operações

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	3,568,772	3,748,575	3,652,639	3,446,896	4,044,006
até 6 meses	1,891,490	2,238,400	1,913,061	2,054,707	2,769,157
acima de 6 meses até 1 ano	638,411	787,407	1,021,531	876,454	573,714
acima de 1 ano até 5 anos	778,268	533,925	616,456	415,338	571,241
acima de 5 anos	260,603	188,843	101,591	100,397	129,894

Operações em atraso

Por Países e Regiões Geográficas Brasileiras

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	-	24,355	42,821	27,664	11,303
Mercado Interno	-	24,355	31,204	17,337	7,726
Nordeste	-	17,947	17,947	-	-
Sudeste	-	6,408	9,329	10,508	930
Sul	-	-	3,928	6,829	6,796
Mercado Externo	-	-	11,617	10,327	3,577

Em dezembro de 2018, não houveram operações em atraso.

Por Setor Econômico

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Risco de Crédito - RWA_{CPAD}	-	24,355	42,821	27,664	11,303
Serviços	-	24,355	901	1,407	-
Instituição Financeira	-	-	11,617	15,875	3,577
Indústria	-	-	25,153	2,227	930
Mineração	-	-	5,150	7,965	6,796
Pessoa Física	-	-	-	190	-



Montante de operações em atraso, bruto de provisões e excluídas operações já baixadas para Prejuízo

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Montante	-	18,545	27,311	23,439	10,338
atraso entre 15 e 60 dias	-	-	9,364	12,946	10,285
atraso entre 61 e 90 dias	-	598	-	3,569	53
atraso entre 91 e 180 dias	-	-	17,947	6,924	-
atraso entre 181 e 360 dias	-	17,947	-	-	-

Em dezembro de 2018, não houveram operações baixadas para prejuízo.

Provisões - Por Setor Econômico

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Provisões	-	18,545	18,207	135	115
Instituição Financeira	-	-	240	91	-
Indústria	-	18,545	17,948	10	81
Mineração	-	-	19	34	34

Por Mitigadores de Risco

R\$ Mil

Base de Cálculo		dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Mitigador de Risco	FPR	2,501,955	3,152,107	3,585,936	3,873,555	4,177,620
Acordo de compensação e liquidação de obrigações	0%	30,417	48,622	79,308	278,130	117,976
Depósitos a vista, a prazo, de poupança, l. financeiras de emissão própria	0%	-	-	11,354	-	-
Depósitos em títulos público federais ou em ouro	0%	-	64,997	70,005	24,997	-
Tít. Públ. Federais garantidores de exposições em ops. compromissadas	10%	2,471,538	3,038,488	3,425,269	3,570,428	4,059,644

Exposição Global Líquida ao Risco de Crédito de Contraparte

R\$ Mil

Base de Cálculo	dez-18	set-18	jun-18	mar-18	dez-17
Exposição Global Líquida	2,512,087	3,089,157	3,350,746	3,329,982	4,008,705
Valor Bruto	2,542,504	3,202,776	4,093,714	4,243,863	4,739,231
(-) Valor Bruto de Garantias Reais recebidas	-	64,997	81,359	24,997	-
. Garantias mantidas na instituição com esta finalidade específica (Depósitos a prazo)	-	-	11,354	-	-
. Garantias mantidas na instituição com esta finalidade específica (Títulos Públicos)	-	64,997	70,005	24,997	-
(-) Valor Bruto relativo à Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações	30,417	48,622	79,308	278,130	117,976
(-) Operações Ativas Vinculadas	-	-	582,301	610,754	612,550



11.2. Relativas ao Risco de Mercado

De acordo com os artigos do 12º ao 15º, da Circular nº 3.678, segue a apresentação das informações relativas ao Risco de Mercado:

Exposição da Carteira de Negociação (*Trading*) por Fator de Risco de Mercado

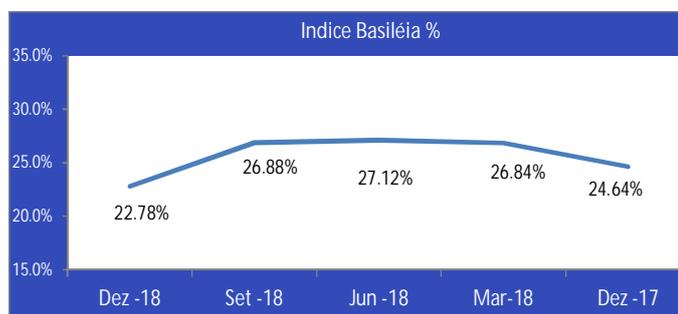
R\$ Mil

Fatores de risco	Dez -18		Set -18		Jun -18		Mar -18		Dez -17	
	Ativo	Passivo								
Prefixado	4,085,688	3,486,317	3,686,244	2,644,007	3,595,781	4,489,371	4,104,868	4,771,053	4,505,594	4,973,660
Cupom Cambial	6,759,340	5,244,501	5,664,162	5,057,094	6,730,840	6,341,397	5,941,766	5,440,789	7,322,107	5,833,933
Dolar	7,593,983	7,602,097	7,443,822	7,426,919	8,329,970	8,329,743	7,036,235	7,036,091	7,219,063	7,209,110
Outras moedas	831,228	822,324	754,196	752,122	1,170,881	1,166,552	1,141,142	1,141,324	1,326,593	1,322,374
Totais	19,270,239	17,155,239	17,548,424	15,880,144	19,827,472	20,327,063	18,224,011	18,389,257	20,373,357	19,339,077

R\$ Milhão

Utilização de Capital

	Dez -18	Set -18	Jun -18	Mar -18	Dez -17
Capital Regulatório (A)	1,485	1,488	1,460	1,468	1,494
Requerimento:					
Crédito	308	323	315	297	374
Câmbio	86	5	2	2	3
Juros - Prefixado	18	16	15	20	23
Juros - Cupom Cambial	85	68	58	78	76
Operacional	65	65	74	74	84
RBAN	16	15	12	13	10
Requerimento Total (B)	578	493	477	484	571
Capital Disponível (A - B)	907	995	983	983	923
Índice Basileia	22.78%	26.88%	27.12%	26.84%	24.64%





Carteira Negociação - Exposição por Instrumentos Financeiros e Derivativos - Com abertura entre posições compradas e vendidas

Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	985,312	(981,053)	-	-	985,312	(981,053)	4,259
	Bolsa	9,859,716	(7,749,765)	-	-	9,859,716	(7,749,765)	2,109,951
	Total	10,845,028	(8,730,818)	-	-	10,845,028	(8,730,818)	2,114,210
Taxa cambio	Balcao	2,651,183	(4,160,974)	-	-	2,651,183	(4,160,974)	(1,509,791)
	Bolsa	5,774,028	(4,263,447)	-	-	5,774,028	(4,263,447)	1,510,581
	Total	8,425,211	(8,424,421)	-	-	8,425,211	(8,424,421)	790
Em 28 de setembro de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	586,877	(538,062)	-	-	586,877	(538,062)	48,815
	Bolsa	8,763,529	(7,163,040)	-	-	8,763,529	(7,163,040)	1,600,489
	Total	9,350,406	(7,701,102)	-	-	9,350,406	(7,701,102)	1,649,304
Taxa cambio	Balcao	3,120,733	(3,660,010)	-	-	3,120,733	(3,660,010)	(539,277)
	Bolsa	5,077,285	(4,519,032)	-	-	5,077,285	(4,519,032)	558,253
	Total	8,198,018	(8,179,042)	-	-	8,198,018	(8,179,042)	18,976
Em 29 de junho de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	1,234,276	(1,230,094)	-	-	1,234,276	(1,230,094)	4,182
	Bolsa	9,092,346	(9,600,675)	-	-	9,092,346	(9,600,675)	(508,329)
	Total	10,326,622	(10,830,769)	-	-	10,326,622	(10,830,769)	(504,147)
Taxa cambio	Balcao	4,004,286	(4,384,991)	-	-	4,004,286	(4,384,991)	(380,705)
	Bolsa	5,496,565	(5,111,303)	-	-	5,496,565	(5,111,303)	385,262
	Total	9,500,851	(9,496,294)	-	-	9,500,851	(9,496,294)	4,557
Em 29 de março de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	1,279,390	(1,268,715)	-	-	1,279,390	(1,268,715)	10,675
	Bolsa	8,767,244	(8,943,126)	-	-	8,767,244	(8,943,126)	(175,882)
	Total	10,046,634	(10,211,841)	-	-	10,046,634	(10,211,841)	(165,207)
Taxa cambio	Balcao	3,515,001	(4,005,342)	-	-	3,515,001	(4,005,342)	(490,341)
	Bolsa	4,662,376	(4,172,074)	-	-	4,662,376	(4,172,074)	490,302
	Total	8,177,377	(8,177,416)	-	-	8,177,377	(8,177,416)	(39)
Em 29 de dezembro de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	1,584,311	(1,568,556)	-	-	1,584,311	(1,568,556)	15,755
	Bolsa	10,243,390	(9,239,037)	-	-	10,243,390	(9,239,037)	1,004,353
	Total	11,827,701	(10,807,593)	-	-	11,827,701	(10,807,593)	1,020,108
Taxa cambio	Balcao	2,807,861	(4,266,106)	-	-	2,807,861	(4,266,106)	(1,458,245)
	Bolsa	5,737,796	(4,265,378)	-	-	5,737,796	(4,265,378)	1,472,418
	Total	8,545,657	(8,531,484)	-	-	8,545,657	(8,531,484)	14,173



Exposição da Carteira Bancária (Banking) por Fator de Risco de Mercado

R\$ Mil

Fatores de risco	Dez -18		Set -18		Jun -18		Mar -18		Dez -17	
	Ativo	Passivo								
Prefixado	3,942,103	863,804	4,298,842	976,900	4,522,034	893,679	4,698,536	831,632	5,347,653	855,477
Cupom Cambial	234,740	1,422,161	446,960	1,540,513	1,045,201	1,885,647	1,147,366	2,113,576	923,140	2,544,697
Dolar	155,998	1,341,554	343,334	1,434,009	983,255	1,822,030	1,069,123	2,030,195	828,163	2,449,570
Outras moedas	78,741	80,608	103,626	106,504	61,947	63,617	78,243	83,380	94,977	95,128
Totais	4,411,582	3,708,127	5,192,762	4,057,926	6,612,437	4,664,973	6,993,268	5,058,783	7,193,933	5,944,872

Carteira Bancária - Exposição por Instrumentos Financeiros e Derivativos - Com abertura entre posições compradas e vendidas (Carteira Banking)

Em 31 de dezembro de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	4,176,843	(2,285,966)	-	-	4,176,843	(2,285,966)	1,890,877
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	4,176,843	(2,285,966)	-	-	4,176,843	(2,285,966)	1,890,877
Taxa cambio	Balcao	234,740	(1,422,161)	-	-	234,740	(1,422,161)	(1,187,421)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	234,740	(1,422,161)	-	-	234,740	(1,422,161)	(1,187,421)

Em 28 de setembro de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	4,745,802	(2,517,413)	-	-	4,745,802	(2,517,413)	2,228,389
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	4,745,802	(2,517,413)	-	-	4,745,802	(2,517,413)	2,228,389
Taxa cambio	Balcao	446,960	(1,540,513)	-	-	446,960	(1,540,513)	(1,093,553)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	446,960	(1,540,513)	-	-	446,960	(1,540,513)	(1,093,553)

Em 29 de junho de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	5,567,236	(2,779,326)	-	-	5,567,236	(2,779,326)	2,787,910
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	5,567,236	(2,779,326)	-	-	5,567,236	(2,779,326)	2,787,910
Taxa cambio	Balcao	1,045,201	(1,885,647)	-	-	1,045,201	(1,885,647)	(840,446)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,045,201	(1,885,647)	-	-	1,045,201	(1,885,647)	(840,446)

Em 29 de março de 2018 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	5,845,902	(2,945,207)	-	-	5,845,902	(2,945,207)	2,900,695
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	5,845,902	(2,945,207)	-	-	5,845,902	(2,945,207)	2,900,695
Taxa cambio	Balcao	1,147,366	(2,113,576)	-	-	1,147,366	(2,113,576)	(966,210)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1,147,366	(2,113,576)	-	-	1,147,366	(2,113,576)	(966,210)

Em 29 de dezembro de 2017 - R\$ Mil								
Fator de risco	Mercado	Brasil		Exterior		Total		Valor Líquido
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Taxa de juros	Balcao	6,270,793	(3,400,174)	-	-	6,270,793	(3,400,174)	2,870,619
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	6,270,793	(3,400,174)	-	-	6,270,793	(3,400,174)	2,870,619
Taxa cambio	Balcao	923,140	(2,544,697)	-	-	923,140	(2,544,697)	(1,621,557)
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-
	Total	923,140	(2,544,697)	-	-	923,140	(2,544,697)	(1,621,557)



12. Razão de Alavancagem

As informações apresentadas a seguir, estão demonstradas de acordo com a metodologia e o formato padrão estabelecido pela Circular Bacen nº 3.748, de 31 de março de 2017, que está sendo definida com a razão entre o Capital Nível I e a Exposição Total.

Segue informações para data base de 31 de dezembro de 2018:

Razão de Alavancagem (RA)		Data Ref.:	31-Dec-18
Nº da Linha	Item	Valor R\$ (Mil)	
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)			
1	Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	3,801,581	
2	Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(108,631)	
3	Total das exposições contabilizadas no BP	3,692,950	
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos			
4	Valor de reposição em operações com derivativos.	124,371	
5	Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	555,884	
6	Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	0	
7	Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	0	
8	Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	0	
9	Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0	
10	Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	0	
11	Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	680,256	
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)			
12	Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	2,471,538	
13	Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	0	
14	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	0	
15	Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	0	
16	Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	2,471,538	
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)			
17	Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	3,583,681	
18	Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(1,106,468)	
19	Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial Capital e Exposição Total	2,477,213	
20	Nível I	1,485,171	
21	Exposição Total	9,321,956	
Razão de Alavancagem (RA)			
22	Razão de Alavancagem de Basileia III.	15.93%	



13. Balanços Patrimoniais

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	
DEUTSCHE BANK - BANCO ALEMÃO	
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 13º, 14º e 15º andares	
Tel: (11)2113-5000 Fax: (11) 2113-5155	
CNPJ: 62.331.228/0001-11	
<i>(Em milhares de reais)</i>	
ATIVO	Deutsche Bank S.A Banco Alemão
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9,831,865
DISPONIBILIDADES	276,573
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LÍQUIDEZ	2,518,913
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	
DERIVATIVOS	941,364
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	697,531
OUTROS CRÉDITOS	5,396,174
OUTROS VALORES E BENS	1,258
PERMANENTE	7,715
INVESTIMENTOS	142
IMOBILIZADO DE USO	7,573
TOTAL DO ATIVO	9,839,580
PASSIVO	Deutsche Bank S.A Banco Alemão
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	8,239,764
DEPÓSITOS	1,743,396
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-
RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS	239,793
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	17,272
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1,422,150
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	223,052
OUTRAS OBRIGAÇÕES	4,594,101
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	6,014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1,593,802
CAPITAL	996,551
RESERVAS DE CAPITAL	-
RESERVAS DE LUCROS	614,830
AJUSTE AO VALOR DE MERCADO - TVM E DERIVATIVOS	(6,966)
LUCROS OU PREJUÍZOS DO EXERCÍCIO	(10,613)
TOTAL DO PASSIVO	9,839,580
Contadora: Elaine Nascimento CRC 1SP 201.003/0-6	

Obs.: Referências utilizadas no preenchimento do Anexo I.



14. Instituições Participantes:

A instituição que faz parte do escopo é:

- Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

15. Anexos

15.1. Anexo I

O anexo I, parte integrante desse relatório, está disponível na mesma página de publicação desse relatório no sítio eletrônico (*webpage*) do DB Brasil, denominado “4º Trimestre de 2018 – Anexo I”.



Anexo I - Circular
3678 - 4T2018.pdf

15.2. Anexo II

Informamos que o DB Brasil não possui instrumentos para compor o Patrimônio de Referência (PR).